

PROJETO DE LEI Nº 457/2025, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2025.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Envira para o Exercício de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENVIRA:

Usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Envira, aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Artigo 1º - O Orçamento Fiscal do Município de Envira, abrangendo a Administração Direta, seus Fundos, Órgãos, Autarquias e Fundações, para o Exercício Financeiro de 2026, estimada a Receita e fixa a Despesa em **R\$ 120.899.124,64 (Cento e Vinte Milhões, Oitocentos e Noventa e Nove Mil, Cento e Vinte e Quatro Reais e Sessenta e Quatro Centavos)** discriminados anexos integrantes desta Lei.

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta lei, com o seguinte desdobramento:

| | |
|--|-----------------------|
| RECEITAS CORRENTES | 125.222.427,94 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 4.460.424,01 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 3.284.669,35 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 1.102.500,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 10.000,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 111.942.034,58 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 3.700,00 |
| RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 4.419.100,00 |
| DEDUÇÃO FUNDEB | -9.806.575,80 |
| DEDUÇÃO FUNDEB | -9.806.575,80 |
| TOTAL | 115.415.852,14 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 5.483.272,50 |
| TOTAL GERAL | 120.899.124,64 |

Artigo 3º - A Despesa da administração direta será realizada segundo a discriminação dos quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes

desta Lei, e as autarquias e fundações em seus respectivos orçamentos aprovados por decreto executivo.

POR FUNÇÕES DE GOVERNO

| | |
|------------------------------|-----------------------|
| 01 – Legislativa | 3.923.100,00 |
| 04 – Administração | 10.006.939,46 |
| 06 – Segurança Pública | 594.237,50 |
| 08 – Assistência Social | 3.790.193,34 |
| 09 – Previdência Social | 4.350.000,00 |
| 10 – Saúde | 24.070.896,61 |
| 12 – Educação | 51.376.178,91 |
| 13 – Cultura | 1.098.794,63 |
| 15 – Urbanismo | 5.330.076,54 |
| 16 – Habitação | 104.050,00 |
| 17 – Saneamento | 1.962.985,25 |
| 18 – Gestão Ambiental | 62.025,00 |
| 20 – Agricultura | 1.959.453,00 |
| 24 – Comunicação | 30.000,00 |
| 25 – Energia | 347.609,35 |
| 26 – Transporte | 1.160.500,00 |
| 27 – Desporto e Lazer | 157.115,50 |
| 28 – Encargos especiais | 2.371.769,55 |
| 99 – Reserva de Contingência | 8.203.200,00 |
| TOTAL | 120.899.124,64 |

POR CATEGORIA ECONÔMICA

| | |
|-------------------------|-----------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 98.191.016,78 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 14.504.907,86 |
| RESERVA DE CONTINGENCIA | 8.203.200,00 |
| TOTAL GERAL | 120.899.124,64 |

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

| | |
|---|-----------------------|
| 01 - PODER LEGISLATIVO | 3.923.100,00 |
| 02 - PODER EXECUTIVO | 78.540.426,69 |
| 03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 1.252.528,84 |
| 04 – FUNDO MUN.DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | 41.620,00 |
| 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 24.070.896,61 |
| 06 – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE ENVIRA | 7.753.200,00 |
| 07 – FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - FUMPDEC | 317.352,50 |
| 08 – SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE | 200.000,00 |
| 99 – RESERVA DE CONTINGENCIA | 4.800.000,00 |
| TOTAL GERAL | 120.899.124,64 |

Artigo 4º - Os Orçamentos das Despesas das Administrações Indiretas poderão ser expandidos até os limites das efetivas arrecadações.

Artigo 5º - O Poder Executivo está autorizado a:

a) Realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da receita estimada, nos termos legais da legislação em vigor.

b) Abrir créditos suplementares, até o limite de 80% (oitenta por cento) do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da Lei 4.320/64.

c) Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação e de convênios, não previsto na receita do orçamento, não onerando o limite estabelecido na letra “b” deste Artigo e até o limite do efetivo excesso ou da tendência do exercício, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei.

d) Criar dotações em projetos e atividades já contempladas no orçamento vigente.

e) Abrir créditos suplementares por anulação de dotações das emendas parlamentares;

f) Não se considera para efeito do limite da letra “b” os créditos suplementares oriundos das emendas parlamentares.

g) Não se considera para efeito do limite da letra “b” os créditos suplementares de reforços para dotações de pessoal, Convênios, Encargos e Obrigações Tributárias e Contributivas.

h) Firmar convênios, contratos, consórcios, termos aditivos com as três esferas de Governos: Municipal, Estadual e Federal.

i) Os Decretos de remanejamento de dotações no âmbito do Poder Legislativo serão assinados pelo seu presidente.

Artigo 6º - Esta Lei, revogadas as disposições em contrário, entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito Municipal de Envira, aos 21 de novembro de 2025.

IVON RATES DA SILVA
Prefeito Municipal de Envira